



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

"Construindo a Presença de Pessoas Trans e Travestis na Universidade
Federal do Pará: Políticas e Ações para o Acesso e Permanência"

Relatório de Evento

Organização: Assessoria da Diversidade e Inclusão Social
Superintendência de Assistência Estudantil
Pro-Reitoria de Ensino de Graduação

Apoio: Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (Adisttrave)

Belém, junho de 2024.



Sumário

APRESENTAÇÃO	3
1) PRIMEIRO DIA DE EVENTO (25/06)	10
1.1. Mesa de Abertura	10
1.2. Mesa Redonda 1: “Conceitos e atravessamentos: a marginalização das pessoas trans e travestis e o direito à Educação Superior”, mediada pela Profa. Dr ^a Zélia Amador de Deus (ADIS/UFPA).	11
1.2.1. Resumo das exposições	11
1.3. Painéis: “Experiências educacionais com alunos(as) Trans e Travestis na Educação de Jovens e Adultos” e “Um olhar de acolhimento para estudantes Trans e Travestis na Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc).	14
1.3.1. Resumo das exposições	14
1.4. Mesa Redonda 2: “Acesso de Pessoas Trans e Travestis à Educação Superior”, mediada pela Profa. Dr^a Maria Lúcia Chaves Lima (IFCH/UFPA).	15
1.4.1. Resumo das exposições	15
3) SEGUNDO DIA DE EVENTO (26/06)	18
3.1. Mesa Redonda 3: “A Permanência de Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior”, mediada pela Prof^a Dr^a Loiane Prado Verbicaro (PROEG/UFPA)	19
3.1.1. Resumo das exposições	19
3.2. Painel: painel de “Experiências educacionais no Ensino Superior”	23
3.2.1. Resumo das exposições	23
3.3. Mesa de encerramento: “Encaminhamentos e Ações Pensadas para o Acesso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”	25
4) PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES	25
4.1. Proposições	25
4.2. Conclusões:	27



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Pará (UFPA) realizou, nos dias 25 e 26 de junho de 2024, no auditório do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), o Seminário "**Construindo a Presença de Pessoas Trans e Travestis na Universidade Federal do Pará: Políticas e Ações para o Acesso e Permanência**".

O evento foi organizado pela Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS), pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), em parceria com a Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (ADISTTRAVE), com objetivo promover a reflexão sobre as políticas e ações necessárias para garantir o acesso e a permanência de pessoas Trans e Travestis na Educação Superior. A programação do Seminário incluiu mesas-redondas e painéis de experiências.

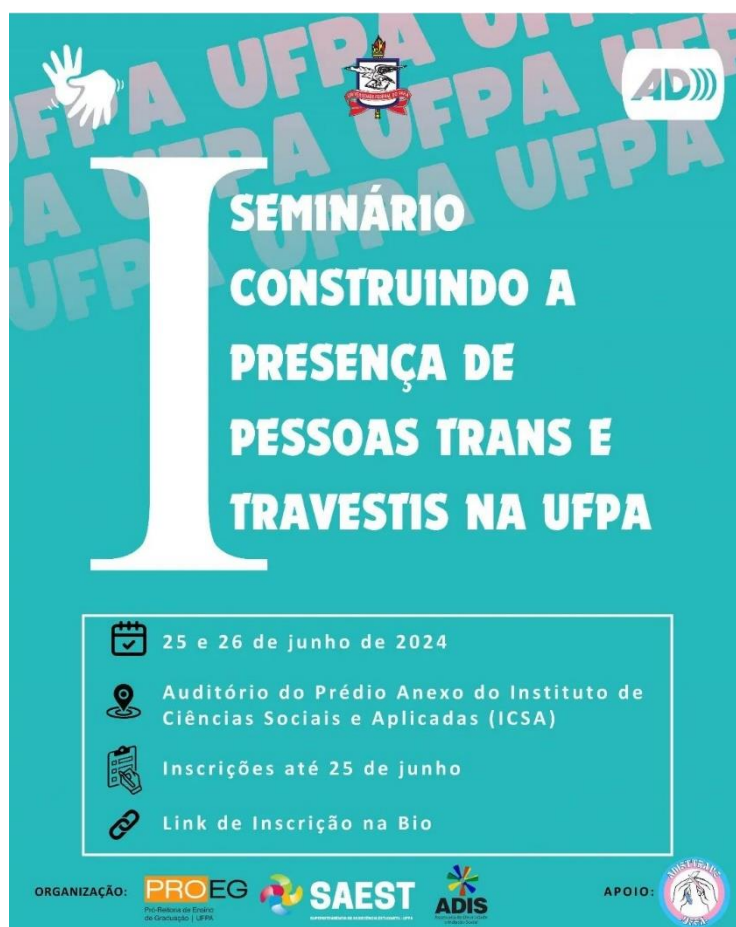


Figura 1 - Banner de divulgação do evento

O evento reuniu acadêmicos(as), ativistas, movimentos sociais, representantes da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (Seduc), Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Humanos, gestores, técnicos(as) administrativos, pesquisadores e estudantes da UFPA, e de outras universidades do país, interessados(as) na promoção de ações e de Políticas Públicas para pessoas trans e travestis.



Figura 2 – Participantes do evento

A mesa de abertura, realizada no dia 25 de junho, foi composta pelo professor Doutor GILMAR PEREIRA DA SILVA, Vice-reitor da UFPA; pela professora Doutora. LOIANE DA PONTE SOUZA PRADO VERBICARO, Pró-reitora de Ensino e Graduação da UFPA, pela professora Doutora ZÉLIA AMADOR DE DEUS, Coordenadora da ADIS, pelo professor Doutor RONALDO MARCOS DE LIMA ARAÚJO, Superintendente de Assistência Estudantil da UFPA, pelo professor Doutor WASSIM RAJA EL BANNA, Coordenador do *Campus* Universitário de Tucuruí e representante dos coordenadores de *campi* do interior da UFPA; por REGINA ALICE DE SOUZA FRANCO, CAYTT CATRIN DOS SANTOS BUFFON e MELLISSA GABRIELA FEITOSA DE SOUZA, representantes da ADISTTRAVE e por NAYAN SILVA DE AVIZ, Diretora de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



Figura 3 - Mesa de Abertura do evento

Com o tema “**Conceitos e atravessamentos: a marginalização das Pessoas Trans e Travestis e o direito à Educação Superior**”, a primeira mesa do evento foi mediada pela professora Doutora ZÉLIA AMADOR DE DEUS, Coordenadora da ADIS, e contou com a conferência do professor Doutor DOM AC CONDEIXA DE ARAUJO, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e com a participação de representantes da ADISTTRAVE: Mestre DAVI ALMEIDA LOPES, professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ) e doutorando do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA e das discentes de graduação na UFPA REGINA ALICE e MELLISSA GABRIELA.



Figura 4- Mesa: *Conceitos e atravessamentos: a marginalização das Pessoas Trans e Travestis e o direito à Educação Superior.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

No dia 25 de junho, a programação do evento também incluiu painéis de “**Experiências na Educação Básica**” e uma mesa que tratou do “Acesso de Pessoas Trans e Travestis à Educação Superior”.

O painel temático “**Experiências educacionais com alunos(as) Trans e Travestis na Educação de Jovens e Adultos**” foi mediado por JANE PATRÍCIA GAMA, da Coordenadoria de Diversidade Sexual, vinculada à Prefeitura de Belém. Já o painel temático “**Um olhar de acolhimento para estudantes Trans e Travestis na Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc)**” foi apresentado por MÁRIO AUGUSTO ALMEIDA, da Assessoria de Convivência Educacional, vinculada à Diretoria de Diversidade e Inclusão, da SEDUC.



Figura 5 - Painéis: “Experiências na Educação Básica”

Ainda no dia 25 de junho, a mesa “**Acesso de Pessoas Trans e Travestis à Educação Superior**” foi mediada pela professora Doutora MARIA LÚCIA CHAVES LIMA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFPA) e contou com as participações da professora Doutora ISABEL ROSA CABRAL, Coordenadora Adjunta da ADIS/UFPA; do professor Doutor SANDRO AUGUSTO SILVA FERREIRA, Pró-reitor de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em formato *on line*; do professor Doutor DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES, Diretor do Centro de Processos Seletivos (CEPS/UFPA); da discente CAYTT CATRIN e do discente KALEO MENDES DE MELO DA ROCHA, representantes da ADISTTRAIVE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



Figura 6 - Mesa: Acesso de Pessoas Trans e Travestis à Educação Superior

No dia 26 de junho, a mesa **“A Permanência de Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior”** contou com a mediação da professora Doutora LOIANE PRADO VERBICARO, Pró-reitora de Ensino de Graduação da UFPA e com as conferências de SYMMY LARRAT BRITO DE CARVALHO, Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da professora Dr^a MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR, Pró-reitora de Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da professora Dr^a MARIAH RAFAELA CORDEIRO GONZAGA DA SILVA, professora do ICJ/UFPA e de KALEO MENDES e REGINA ALICE, representantes da ADISTTRAIVE.



Figura 7 - Mesa: A Permanência de Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

No período da tarde, do dia 26 de junho, o evento contou com painéis de **“Experiências Educacionais no Ensino Superior”** e uma mesa de encerramento sobre **“Encaminhamentos e Ações Pensadas para o Acesso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”**.

O painel de **“Experiências educacionais no Ensino Superior”** contou com a participação de MARCOS MELO DA SILVA TRINDADE, presidente da ONG Organização da Livre Identidade e Orientação Sexual do Pará (OLIVIA), da professora Doutora REGINA FÁTIMA FEIO BARROSO, Superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA, da professora Doutora GLENDA ROBERTA OLIVEIRA NAIFF FERREIRA, líder do grupo de pesquisa Infecções Sexualmente Transmissíveis na Amazônia: Epidemiologia e Cuidado, do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da UFPA, da professora Doutora LUANNA TOMAZ DE SOUZA e do professor Mestre DAVI ALMEIDA LOPES, ambos integrantes do Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ e do Censo Trans Pará, vinculados ao Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA.



Figura 8 - Painel: “Experiências educacionais no Ensino Superior”

A mesa de encerramento **“Encaminhamentos e Ações Pensadas para o Acesso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”** contou com a participação de REGINA ALICE, representante da ADISTTRAVE, e da coordenação do evento, professor Doutor RONALDO ARAÚJO, pela SAEST, e da professora Doutora ISABEL CABRAL, pela ADIS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A seguir serão sistematizadas as falas dos participantes, dando-se ênfase aos principais pontos tratados nos dois dias de evento. Também serão elencados os encaminhamentos feitos na mesa de encerramento.

As síntese das falas têm como base as gravações em áudio feitas durante o evento, por meio de aplicativo de celular, e anotações feitas manualmente.

1) PRIMEIRO DIA DE EVENTO (25/06)

1.1. Mesa de Abertura

Na mesa de abertura, o professor Doutor GILMAR PEREIRA DA SILVA, Vice-reitor da UFPA, destacou a importância do evento, ainda que tardio, tanto para a promoção do acesso, da inclusão e da permanência das pessoas trans e travestis na Educação Superior, quanto para o fortalecimento de uma cultura institucional que valorize a diversidade e combata todas as formas de preconceitos, de violências e de discriminação.

O Prof. Gilmar Pereira, também reiterou que o evento reflete o compromisso da Universidade com a construção de um ambiente acadêmico mais justo e inclusivo, seja por meio de ações planejadas pela Gestão, como o Programa Territórios de Acolhimento, seja por meio da escuta de demandas dos movimentos sociais que historicamente sempre lideram lutas pela promoção da igualdade de oportunidades na educação, na saúde e nas diversas esferas da sociedade civil. Sendo, portanto, o evento fruto tanto do compromisso das lutas do movimento social, quanto do compromisso da UFPA com a diversidade e o diálogo com a sociedade civil organizada.

A professora Doutora. LOIANE PRADO VERBICARO, Pró-reitora de Ensino e Graduação da UFPA, a professora Doutora ZÉLIA AMADOR DE DEUS, Coordenadora da ADIS, o professor Doutor RONALDO ARAÚJO, Superintendente de Assistência Estudantil da UFPA, o professor Doutor WASSIM RAJA EL BANNA, Coordenador do Campus Universitário de Tucuruí e representante dos coordenadores de campi do interior da UFPA reiteraram que o evento é um espaço para o diálogo aberto entre estudantes, professores(as), gestores(as), pesquisadores(as), movimentos sociais, para escuta e proposição de políticas específicas para as pessoas trans e travestis no âmbito da UFPA.

As discentes REGINA ALICE, CAYTT CATRIN, MELLISSA GABRIELA, representantes da ADISTTRAVE, e NAY AVIZ, Diretora de Assistência Estudantil da UNE destacaram que pessoas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

trans e travestis enfrentam barreiras significativas na educação, decorrentes de preconceitos, discriminação e violências que se manifestam desde a Educação Básica, fatores que tendem a resultar em elevadas taxas de evasão escolar e, conseqüentemente, em menores oportunidades de ingresso e conclusão de cursos de nível superior, motivos pelos quais o evento, oriundo da mobilização da comunidade discente, é um sinal claro de que a Universidade está disposta a tomar medidas concretas para garantir o acesso e permanência de pessoas trans e travestis.

1.2. Mesa Redonda 1: “Conceitos e atravessamentos: a marginalização das pessoas trans e travestis e o direito à Educação Superior”, mediada pela Profa. Dr^a Zélia Amador de Deus (ADIS/UFPA).

1.2.1. Resumo das exposições

ZÉLIA AMADOR DE DEUS, Coordenadora da ADIS.

- Como pesquisadora e ativista dos direitos humanos e sociais, Zélia iniciou as atividades da mesa ressaltando a importância do evento, a história de lutas por direitos promovidas pelos movimentos sociais e destacando que políticas de acesso e permanência para pessoas trans e travestis na Educação Superior devem ser pensadas com base nos princípios de justiça social e de equidade.

DOM AC CONDEIXA DE ARAUJO, professor da UNIFESSPA

- Iniciou sua fala autodeclarando-se pessoa trans, que somente pode assumir sua identidade de gênero após o falecimento dos seus pais. Seguiu destacando que vivemos um momento político no Brasil que permite transformação social e intelectual nos espaços acadêmicos. As universidades, como centros de produção e difusão de saberes, têm a responsabilidade de incluir e valorizar todas as formas de conhecimento que historicamente foram marginalizadas, motivo pelo qual é urgente a necessidade de se incorporar as epistemologias Trans e Travestis nas instituições de ensino superior.
- Introduziu o conceito de sexualidade e identidade de gênero, ressaltando a necessidade de uma mudança estrutural na Universidade para entender, respeitar e acolher de maneira equitativa pessoas trans e travestis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Expressou a urgência na preparação para o vestibular de pessoas trans e travestis, mencionando o programa “Prepara, Nem!” do Rio de Janeiro como um exemplo positivo da garantia de oportunidades e de inclusão educacional.
- Salientou que nem todas as pessoas trans conseguem concluir o Ensino Médio, enfatizando a importância de políticas educacionais inclusivas desde as etapas iniciais.
- Propôs a criação de espaços de escuta na universidade, reconhecendo as limitações atuais das Ouvidorias devido à alta demanda.
- Sublinhou a necessidade de inclusão de servidores(as) trans na estrutura universitária, por meio de concursos públicos, processos seletivos, terceirização, como forma de promover equidade e representatividade.
- Reiterou que o evento precisa ter como resultado a materialização da Política de Acesso e Permanência de Trans e Travestis na UFPA.

REGINA ALICE, discente e representante da ADISTTRAVE.

- Destacou que no atual contexto político há um avanço da extrema direita que pode impactar nas políticas de Direitos Humanos, sublinhando a urgência de implementação de políticas inclusivas para evitar retrocessos.
- Discutiu a marginalização histórica enfrentada pelos corpos trans, frequentemente excluídos de oportunidades educacionais e sociais.
- Criticou a segregação social e racial que relega corpos trans a espaços marginalizados, como a prostituição, em vez de integrá-los plenamente à cidadania e aos direitos constitucionais.
- Argumentou que o acesso à educação é crucial para oferecer oportunidades de vida dignas para pessoas historicamente marginalizadas.
- Encorajou a gestão da UFPA a adotar uma abordagem abrangente de políticas de inclusão, destacando a importância da permanência desses estudantes na universidade como um indicador de sucesso social, acadêmico e político.

MELLISSA GABRIELA, discente e representante da ADISTTRAVE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Reiterou que é sempre necessário “bater na tecla das violências” para conseguir que as pessoas cisgênero ouçam as dores das pessoas trans e travestis e sintam empatia.
- Falou das perdas, das “irmãs” passando fome nas ruas, dos corpos trans desrespeitados, dos direitos negados, da ausência de representatividade e do peso da ancestralidade.
- Refletiu sobre a luta contínua por direitos, como o reconhecimento de nomes sociais, que fortalece a identidade e a participação ativa das pessoas trans na sociedade.
- Discutiu a importância de territórios travestis ancestrais e a resistência histórica dessas comunidades, que têm lutado por seus direitos ainda que a sociedade seja transfóbica.
- Levantou questionamentos sobre a eficácia das cotas para atender às travestis mais velhas, que não terminaram o Ensino Fundamental, e expressou preocupações sobre fraudes em um possível sistema de cotas que não leve em consideração a vivência trans.
- Propôs que capacitações sejam conduzidas por pessoas trans, formadas pela Universidade, com o objetivo de promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso.
- Declamou o texto de Maria Clara Araújo dos Passos, que é uma pedagoga afrotransfeminista, enfatizando a importância de incluir e respeitar todas as formas de identidade e expressão de gênero.

DAVI ALMEIDA LOPES, professor da ESAMAZ e doutorando na UFPA

- Primeiro homem trans a acessar o doutorado em Direito na UFPA, destacou a importância de programas de empregabilidade para a inclusão econômica de pessoas trans.
- Explorou o conceito de empatia com as pessoas trans e travestis e a necessidade dessas pessoas ocuparem espaços e cargos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- Analisou como diferentes perspectivas de gênero desafiam normas sociais estabelecidas, posicionando o corpo como uma construção política, sujeito às violências.
- Criticou preconceitos que segregam e marginalizam as pessoas trans e travestis, enfatizando a importância de conviver com a diversidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Defendeu o direito fundamental à educação e ao trabalho como essenciais para o florescimento de cada indivíduo, de cada sonho, de cada potência, de cada ser em suas múltiplas formas de estar no mundo, de viver.

1.3. Painéis: “Experiências educacionais com alunos(as) Trans e Travestis na Educação de Jovens e Adultos” e “Um olhar de acolhimento para estudantes Trans e Travestis na Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc).

1.3.1. Resumo das exposições

O painel temático “**Experiências educacionais com alunos(as) Trans e Travestis na Educação de Jovens e Adultos**” foi mediado por JANE PATRÍCIA GAMA, da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), vinculada à Prefeitura de Belém.

JANE PATRÍCIA destacou que a CDS promove acesso aos direitos e à inclusão social, cultural e econômica de pessoas LGBT (lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgênero), prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Reiterou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apesar de desempenhar um papel crucial na inclusão e no acolhimento de alunos(as) trans e travestis ainda é um desafio para Administração Pública, tanto pelos contextos educacionais que ainda não tem abordagens sensíveis e inclusivas, em sua maioria, quanto pela necessidade de formação continuada para educadores e instituições se tornarem inclusivas.

Já o painel temático “**Um olhar de acolhimento para estudantes Trans e Travestis na Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc)**” foi apresentado por MÁRIO AUGUSTO ALMEIDA, da Assessoria de Convivência Educacional, vinculada à Diretoria de Diversidade e Inclusão da Seduc.

MÁRIO AUGUSTO ALMEIDA reiterou que a SEDUC tem adotado uma abordagem de acolhimento significativa para estudantes trans e travestis por entender a importância de ambientes seguros e respeitosos. Isso inclui o reconhecimento e respeito ao nome social dos estudantes, a promoção de discussões sobre identidade de gênero e direitos humanos, programas de formação continuada sobre diversidade para os educadores. Indicou que embora as formações sejam realizadas, casos de racismo, discriminação e *bullying* ainda ocorrem em espaços educativos.

Citou que a Diretoria de Diversidade e Inclusão da SEDUC tem atuado em muitas frentes de trabalho, dentre elas a implementação de um projeto de saúde mental nas escolas estaduais do Pará. Por meio desse projeto, deseja-se que os espaços escolares se tornem ambientes de cultura da não-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

violência, do desenvolvimento das habilidades físicas, das habilidades emocionais, de lidar um com o outro nos processos de empatia.

JANE PATRÍCIA e MÁRIO AUGUSTO ALMEIDA reiteraram que pessoas trans e travestis acessam a Educação Básica de forma precarizada por virem, em sua maioria, de espaços familiares não inclusivos, não respeitosos e vulneráveis economicamente. Destacaram ainda que é pequeno o número de discentes trans e travestis que estão no Ensino Fundamental e Médio.

1.4. Mesa Redonda 2: “Acesso de Pessoas Trans e Travestis à Educação Superior”, mediada pela Profa. Dr^a Maria Lúcia Chaves Lima (IFCH/UFPA).

1.4.1. Resumo das exposições

ISABEL ROSA CABRAL, Coordenadora Adjunta da ADIS.

- Apresentou dados sobre as solicitações feitas no Sistema de Atendimento ao Usuário da UFPA (SAGITTA) para o uso do nome social, destacando o atual cumprimento do prazo mínimo para atendimento dessa demanda, bem como a necessidade de se garantir o respeito e a correta aplicação desse direito no âmbito da UFPA.
- Indicou que, desde 2021, o total de estudantes na Instituição que solicitaram a inclusão do nome social é de 123, número que vem crescendo ao longo dos anos, seja nos cursos de graduação, pós-graduação, dentre outros.
- Ponderou sobre a necessidade de estudos sobre eventuais penalidades para os casos de solicitação do nome social, com teor jocoso, visando o respeito à identidade de gênero das pessoas trans e travestis.
- Tendo como base o Cadastro Online de Calouros (COC), o SAGITTA e o SIGAA, destacou informações preliminares sobre o perfil social, educacional e étnico de discentes trans e travestis da UFPA.
- Reiterou que mapeamentos dessa natureza são importantes para a criação de uma Política de Acesso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na graduação, já que podem contribuir para definição das formas de acesso, tais como: se por meio de reserva de vagas ou por meio de vagas adicionais; se por meio de nota do Enem ou por meio de Processo Seletivo Especial (PSE); se com uso do critério de vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Mostrou dados e informações de treze Universidades que adotaram políticas de acesso às pessoas trans e travestis na graduação, destacando que o modelo que será adotado pela UFPA precisa de estudos que ofereçam subsídios para tomada de decisão de modo a se alcançar a real inclusão, em número maior que o atual.
- Ressalvou que será criada uma comissão dedicada a assegurar as melhores estratégias para elaboração da política de acesso e permanência de pessoas trans e travestis na UFPA, tendo como princípios o acolhimento e a inclusão.
- Enfatizou que dentro da futura Política, a banca de avaliação também será composta por pessoas trans e travestis, como forma de garantir a representatividade e a equidade nos processos seletivos, assegurando que as especificidades e necessidades desses grupos sejam devidamente consideradas.

CAYTT CATRIN, discente e representante da ADISTTRAVE.

- Discutiu a importância de políticas de equidade de gênero, propondo um percentual de 2% de vagas para pessoas trans e travestis na Educação Superior.
- Enfatizou a necessidade de cota em concursos para professores(as) e técnicos(as) para pessoas trans e travestis, como parte de uma política institucional que vise a empregabilidade e a representatividade dessa população.
- Argumentou que as cotas são essenciais para garantir a cidadania e também para promover o acesso à Educação Básica e Superior.
- Propôs que a UFPA crie formas de incentivo a programas de extensão que contribuam para preparação de pessoas trans e travestis para o Enem, que ainda é o principal mecanismo de acesso à graduação na UFPA.

KALEO MENDES, discente e representante da ADISTTRAVE.

- Refletiu sobre o tipo de universidade que desejamos construir e como isso influencia o processo de acesso e inclusão pessoas trans e travestis nos espaços da Educação Básica e da Educação Superior:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Questionou se devemos construir uma Universidade exclusivamente numérica ou se devemos considerar outras formas de pensar e viver a universidade, que valorizem a diversidade e as experiências pessoais, já que essa escolha orientará como será abordado o processo de acesso e o tipo de conhecimento que se busca promover.
- Destacou a necessidade de criar parâmetros dentro do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que colem dados sobre a identidade de gênero, especialmente para pessoas retificadas que não utilizam o nome social, na tentativa de garantir o respeito à identidade de cada indivíduo dentro do ambiente universitário.
- Enfatizou que questões relacionadas à racialidade de pessoas trans e travestis e às diferentes formas de violência nem sempre foram adequadamente identificadas na UFPA, motivo pelo qual propôs que a UFPA pense em formas de coleta e monitoramento, controle dessas informações.
- Ponderou que a definição dos possíveis critérios da política de acesso às pessoas trans e travestis não determinará apenas quem entra na universidade, mas também definirá o tipo de universidade que queremos ser.
- Ressaltou que a política de acesso deve incluir critérios inclusivos que valorizem as experiências e vivências diversas dos candidatos e candidatas.
- Reiterou que ouvir e valorizar as vivências pessoais possibilita o respeito aos corpos e às identidades das pessoas trans e travestis, como forma de promover um ambiente inclusivo e acolhedor.
- Chamou a atenção para a importância de aliados dentro das universidades e para a responsabilidade da cisgeneridade em promover a inclusão e combater a transfobia.

SANDRO AUGUSTO SILVA FERREIRA, Pró-reitor de Ações Afirmativas da UFPA, em participação *on line*.

- Destacou que as vagas específicas para pessoas trans funcionam como atrativos, pois a concorrência ocorre entre iguais, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por esse grupo. Ele ressaltou que, para evitar burocracia, pode-se exigir apenas autodeclaração, em vez de documentos de associações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Frisou, que embora a autodeclaração possa ser passível de fraudes, outros mecanismos como memoriais podem ser utilizados para controle. Esses mecanismos visam garantir a veracidade da declaração e a inclusão justa.
- Apontou que poucas pessoas trans conseguem acessar e terminar o Ensino Médio, já que a transfobia dificulta a trajetória escolar e acadêmica e que a permanência material, com recursos financeiros e oportunidades, é um grande desafio, especialmente para estudantes da escola pública.
- Sugeriu a implementação de auxílios específicos para pessoas trans, considerando a renda *per capita* e os resultados acadêmicos, que muitas vezes são acidentados.
- Enfatizou ainda a necessidade de mecanismos de apoio pedagógico para garantir o sucesso acadêmico.
- Defendeu a regulamentação do uso do nome social e a imposição de penalidades para casos de desrespeito, como “chacotas”.
- Relatou que a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) propôs a criação de uma portaria que garanta o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero.
- Para garantir o respeito aos direitos das pessoas trans e travestis, sugeriu a formação dos servidores da segurança, como forma de promover um ambiente seguro e acolhedor.
- Destacou os desafios conceituais na elaboração de políticas e regulamentações, que muitas vezes ocorrem devido à ausência de sujeitos de direito. Para tanto, enfatizou a importância de que esses indivíduos ocupem espaços de poder e tenham acesso a cargos de decisão.
- Mencionou um caso de transfobia institucional na UFSB que resultou na expulsão de uma aluna trans, indicando a necessidade de políticas mais inclusivas e justas.

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES, Diretor do CEPS

- Pontuou que a UFPA fez melhorias no questionário socioeconômico, presente no processo de inscrição do PS, com o objetivo de coletar informações sobre o perfil dos(as) candidatos (as) aos cursos de graduação da UFPA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Discutiu a necessidade de políticas públicas de acesso e de permanência de estudantes trans e travestis na Educação Básica, garantindo assim uma inclusão mais justa e efetiva.
- Reiterou que as informações apresentadas pela professora ISABEL CABRAL podem indicar caminhos para a definição da política de acesso e permanência de pessoas trans e Travestis na UFPA.
- Indicou que do total de 57.571 candidatos inscritos no Processo Seletivo de 2024, 60 se autodeclararam mulher transexual/transgênera e 68 homem transexual/transgênero. Sendo que apenas 16/128 foram classificados e 11 estão cursando o Ensino Superior, o que representa 0,16% do total de calouros em 2024.
- Propôs que a futura comissão avalie diferentes possibilidades de oferta de vagas, considerando também estudos sobre a viabilidade de um Processo Seletivo Especial com critérios que impeçam fraudes e promovam equidade.

3) SEGUNDO DIA DE EVENTO (26/06)

3.1. Mesa Redonda 3: "A Permanência de Pessoas Trans e Travestis no Ensino Superior", mediada pela Prof^a Dr^a Loiane Prado Verbicaro (PROEG/UFPA)

3.1.1. Resumo das exposições

MARIA RITA DE ASSIS CÉSAR, Pró-reitora de Assuntos Estudantis da UFPR.

- Agradeceu pela oportunidade de trocar experiências e aprender, destacando a necessidade de ouvir as pessoas e trabalhar com as urgências.
- Compartilhou reflexões sobre sua trajetória acadêmica e pessoal, especialmente seu envolvimento com movimentos sociais de travestis e pessoas trans, iniciado desde 2006/2007, o que impactou profundamente sua vida e carreira.
- Refletiu sobre seus 60 anos, revisitando sua trajetória acadêmica como professora, gestora e pesquisadora, em um contexto de criação do Núcleo de Estudos de Gênero na UFPR, que ao se aproximar do movimento trans passa por uma transformação da compreensão sobre o conceito de gênero.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Ressaltou a importância do processo de orientação da pesquisa de doutoramento “Docências Trans: da decência à abjeção”, desenvolvida por Dayana Brunetto Carlin dos Santos, por se tratar de uma tese que aborda a trajetória educacional de pessoas trans, revela os desafios e a falta de acesso à Educação Básica.
- Pontuou que políticas e ações voltadas à diversidade em ambientes acadêmicos não alteram apenas a população universitária, mas também melhoram a produção de conhecimento.
- Destacou como foi o processo de luta para garantia do direito ao nome social para estudantes trans e travestis na UFPR.
- Citou como foi o processo de elaboração e aprovação da resolução sobre o direito ao nome social e uso de banheiros, com o apoio de movimentos sociais trans e LGBTQIA+ do Paraná.
- Destacou como ocorreu a criação da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade na UFPR, que se estabeleceu como um local de escuta qualificada e de encaminhamento de casos de discriminação e violência.
- Reiterou a necessidade de reestruturação da política de assistência estudantil para priorizar estudantes historicamente marginalizados, incluindo travestis e pessoas trans.
- Relatou como ocorreu a criação de um sistema de acolhimento emergencial para estudantes trans expulsos de suas redes familiares ou de afeto.
- Descreveu a implementação de cotas para pessoas trans nos programas de mestrado e doutorado, com planos de expansão para todos os programas da Universidade.

SYMMY LARRAT BRITO DE CARVALHO, Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

- Informou que, como Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do MDHC, trabalha para a inclusão de pautas específicas voltadas à população nas políticas públicas brasileiras. Para tanto, as parcerias são fundamentais.
- Citou que essa Secretaria conseguiu, pela primeira vez na história, que o Governo Federal prevesse no Plano Plurianual 2024-2027, ação específica para enfrentar a desigualdade de oportunidades no acesso e permanência no mercado de trabalho e geração de renda digna para pessoas LGBTQIA+.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Ponderou que um dos focos da Secretaria é a promoção de iniciativas que possam criar oportunidades para pessoas trans e travestis, que frequentemente enfrentam dificuldades em acessar o sistema educacional e o mercado de trabalho devido aos preconceitos enraizados.
- Declarou que as cotas para pessoas trans e travestis representam uma política crucial para a inclusão e igualdade de oportunidades em diversos setores da sociedade, como educação e mercado de trabalho.
- Destacou que as cotas não são um privilégio, mas uma necessidade para corrigir desequilíbrios históricos e garantir que todos(as) tenham oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, que são frequentemente negadas devido à transfobia.
- Salientou a importância dessas políticas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
- Afirmou que a Secretaria faz parcerias que visam a implementação de ações e programas, sendo a UFPA um importante espaço para estabelecimento de ações conjuntas.
- Se disponibilizou a manter constante diálogo com a UFPA para parcerias.

MARIAH RAFAELA CORDEIRO GONZAGA DA SILVA, professora do ICJ/UFPA.

- Enfatizou que a presença de uma mulher trans negra na mesa do evento é simbólica, pois representa a luta contra a exclusão racial e de gênero.
- Indicou a importância de dados para construção de políticas públicas para população trans e travesti.
- Mencionou que estudos mostram que apenas 0,38% das pessoas trans ocupam postos de trabalho formais em empresas de médio e grande porte no Brasil.
- Ponderou que diariamente pessoas trans e travestis são mortas, quando se retira delas a possibilidade de serem adultas e envelhecerem, com dignidade, com direitos básicos, com emprego, com educação, com sonhos, e isso precisa entrar nos cálculos das políticas públicas.
- Observou que a média de evasão escolar entre pessoas LGBTQIA+ nos três níveis de ensino, é de 82%, tendo a questão racial como item significativo para exclusão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Destacou a importância de se reconhecer e valorizar a presença de mulheres trans negras em espaços acadêmicos, de gestão e liderança.
- Reiterou o processo de exclusão e de evasão escolar de pessoas trans e negras, abordando as dinâmicas de vulnerabilidade e as possíveis soluções para promover uma inclusão efetiva e sustentável no ensino superior.
- Citou que ver e ouvir pessoas trans e negras é essencial para enfrentar a exclusão sistêmica presente no sistema educacional, na administração pública, no judiciário, nos espaços públicos.
- Descreveu que a evasão escolar não é o único desafio que perpassa pela vida das pessoas trans e travestis, pois as questões de segurança alimentar e direito à vida são igualmente críticas.
- Enfatizou que pessoas trans enfrentam violência verbal, simbólica, psicológica e até sexual em diversos ambientes, inclusive no educacional.
- Salientou que escolas com maior índice de discriminação têm piores condições de ensino, afetando a qualidade da educação.
- Ponderou que a UFPA deve contribuir para a redução da ausência de pessoas trans nos seus quadros, não apenas como discentes, mas também como docentes.
- Asseverou que a implementação de cotas para pessoas trans é uma solução importante, que requer um compromisso político significativo para permanência e conclusão da graduação, motivo pelo qual a universidade tem autonomia para criar programas de inclusão e deve usá-la para promover mudanças estruturais.
- Finalizou com a declaração de que a inclusão só será sustentável na UFPA com a presença de pessoas trans em cargos efetivos, de liderança e de tomada de decisão.

KALEO MENDES, discente e representante da ADISTTRAVE.

- Tratou da diversificação dos Currículos Acadêmicos, enfatizando a: 1) a importância de considerar diversas epistemologias, especialmente em uma universidade situada na Amazônia, 2) a necessidade de uma construção coletiva para diversificar os currículos, envolvendo todas as unidades acadêmicas, faculdades e professores(as), e 3) a urgência de tornar a universidade mais inclusiva e democrática.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Destacou a importância da escuta das histórias das pessoas trans e travestis nos espaços de ensino, de pesquisa e extensão, que tende a enriquecer as simbologias, os processos educativos, as epistemologias, tornando-se a UFPA mais democrática, mais inclusiva, mais diversa.
- Reiterou que a preparação para acesso e permanência nas Universidades ainda é um desafio, por conta da trajetória das pessoas trans e travestis da Educação Básica ser repleta de ausências e de violências.
- Sugeriu que a UFPA pensasse em políticas institucionais e projetos de extensão que contribuíssem para inserção de pessoas trans e travestis na Educação Básica e na preparação para o vestibular.
- Indicou que é urgente a criação de uma política de permanência estudantil e de apoio acadêmico e pedagógico voltadas às pessoas trans e travestis no âmbito da UFPA.
- Ressaltou que há uma necessidade de se criar uma rede de acolhimento e de apoio após a formatura, já que ter o diploma não garante a empregabilidade dos(as) egressos(as), em uma sociedade ainda marcada pela transfobia.
- Enfatizou o papel da universidade em ouvir a sociedade civil e os movimentos sociais para a elaboração de políticas eficazes.

REGINA ALICE, discente e representante da ADISTTRAVE.

- Destacou a importância da representatividade e inclusão de pessoas trans na universidade.
- Mencionou que a UFPA possui a primeira Associação de Pessoas Trans e Travestis dentro da instituição, mas que ainda não é conhecida e tem poucos(as), o que revela a necessidade de maior divulgação e de apoio.
- Enfatizou as violências diárias enfrentadas por pessoas trans e travestis na Universidade, incluindo a falta de acesso a banheiros adequados e o assédio sexual.
- Criticou a segurança patrimonial atual e demandou medidas que protejam efetivamente as e os estudantes trans e travestis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Compartilhou experiências pessoais de violência e discriminação, ressaltando a urgência de políticas efetivas de proteção e segurança dentro dos espaços da UFPA.
- Argumentou que a Universidade precisa implementar políticas não apenas de acesso, mas de permanência para pessoas trans e travestis.
- Sugeriu a criação de programas específicos que visem a inclusão e o apoio contínuo, desde a Educação Básica até o ensino superior.
- Ressaltou a necessidade de pensar em políticas de empregabilidade e geração de renda para a população trans e travesti.
- Sugeriu a criação de reservas de vagas para a contratação de servidores e professores(as) trans e travestis, o que tende a promover uma mudança estrutural na Universidade.
- Abordou a necessidade de programas específicos de apoio psicológico para estudantes trans e travestis.
- Recomendou a implementação de auxílios que ofereçam assistência contínua para garantir a permanência e o bem-estar desses(as) estudantes.

Sobre o tema da mesa, o Prof. RONALDO ARAÚJO, da SAEST/UFPA, fez ponderações sobre as cotas para o acesso e a permanência de pessoas trans e travestis na Educação Superior. Indicou que cotas podem reduzir o acesso das pessoas trans e travestis, já que limitam a aplicação das vagas a um percentual mínimo. Nesse sentido, destacou a importância de o Grupo de Trabalho, responsável pelos estudos, pensar o modelo que será adotado para o acesso e a permanência de pessoas trans e travestis na UFPA como forma de garantir a democratização da educação superior com inclusão social para esse grupo.

3.2. Painel: painel de “Experiências educacionais no Ensino Superior”

3.2.1. Resumo das exposições

Os painéis foram apresentados por MARCOS MELO, presidente da ONG OLIVIA; pela professora Dr^a REGINA FEIO, Superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA, pela Dr^a GLENDA ROBERTA OLIVEIRA NAIFF FERREIRA, professora da Faculdade de Enfermagem (ICS/UFPA) e líder do grupo de pesquisa Infecções Sexualmente Transmissíveis na Amazônia:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Epidemiologia e Cuidado; pela Dr^a LUANNA TOMAZ DE SOUZA, professora da Faculdade de Direito (ICJ/UFGA) e pelo Doutorando DAVI ALMEIDA LOPES (ICJ/UFGA),

MARCOS MELO citou as ações que a ONG OLIVIA tem realizado para promoção de cidadania e de direitos da população trans e travesti. Também destacou que o evento era uma oportunidade para a UFGA consolidar uma política de enfrentamento às violências, as discriminações e a transfobia em seus espaços acadêmicos. Indicou ainda que a Universidade deve fomentar mais eventos e projetos voltados às pessoas LGBTQIA+.

A Prof^a REGINA FEIO, além de tratar da atuação do Complexo Hospitalar da UFGA no fomento de ações, informou que será implantado no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) um serviço multiprofissional de atenção à saúde, na modalidade ambulatorial, em conformidade com a Portaria n^o 404/2023 do Ministério da Saúde, que trata da atenção especializada no processo transexualizador (hoje denominado redesignação sexual). Para garantir a abrangência dos serviços pediu que fosse indicado pela comunidade trans e travestis três nomes para compor o grupo de trabalho responsável pela implantação do ambulatório.

A Prof^a GLENDA ROBERTA OLIVEIRA NAIFF FERREIRA apresentou as ações do grupo de pesquisa Infecções Sexualmente Transmissíveis na Amazônia: Epidemiologia e Cuidado que tem sido articular para atendimento da população trans e travesti. Também relatou os desafios para conseguir espaço físico adequado na UFGA para garantia das ações.

A Prof^a LUANNA TOMAZ DE SOUZA (ICJ/UFGA) e o Doutorando DAVI ALMEIDA LOPES apresentaram as ações de formação continuada para a comunidade trans e travestis por meio do “Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+” e as pesquisas que têm realizado para mapear o perfil a população por meio do Censo Trans Pará. Indicaram que ainda é um desafio realizar o Censo Trans Pará, porém, que já contabiliza mais de 300 respondentes, possivelmente, por conta da precariedade econômica e social, da falta de acesso à *internet*, da falta de moradia que pessoas trans e travestis estão submetidas. Relataram ainda que o ICJ encaminhou minuta de resolução à Reitoria com sugestões de cotas para pessoas trans e travestis para acesso à graduação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

3.3. Mesa de encerramento: “Encaminhamentos e Ações Pensadas para o Acesso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na UFPA”

A mesa de encerramento contou com a participação de REGINA ALICE, representante da ADISTTRAVE e pela coordenação do evento, o Prof RONALDO ARAÚJO, da SAEST/UFPA, e a Prof^a ISABEL ROSA CABRAL, Coordenadora Adjunta da ADIS/UFPA.

Os coordenadores informaram que a metodologia de encaminhamento seria a coleta das proposições feitas pelos participantes via *Google forms*, disponibilizado desde o primeiro dia de evento, e por meio de sugestões feitas pelo público presente.

Com base nas indicações do formulário e nas intervenções do público foram elencadas proposições, que foram lidas pela discentes REGINA ALICE e aprovado pelos participantes, destacadas a seguir.

4) PROPOSIÇÕES E CONCLUSÕES

4.1. Proposições

- Mês da Diversidade: criação do Mês da Diversidade, integrado ao Programa Territórios de Acolhimento, com o compromisso de promover eventos e atividades focadas na diversidade.
- Formação para Diversidade: capacitação de docentes, discentes e técnicos(as) para acolhimento de pessoas trans e travestis.
- Adequação dos instrumentos institucionais como os formulários Avalia, Cadastro Online de Calouros (COC), Cadastro Geral de Assistência Estudantil (CADGEST): Inclusão de campo para preenchimento de dados da população trans e travestis.
- Projetos de Pesquisa e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): Fomento de ações educativas com foco em gênero e diversidade nas escolas e no processo de formação docente.
- Incorporação de temas nas disciplinas: inclusão de temas de gênero, sexualidade e educação em disciplinas dos cursos de graduação, bacharelados e licenciaturas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Integração de Dados: ajuste de plataformas de modo a ser possível o cruzamento de dados do COC com o CADGEST para simplificar o processo de inserção de informações de discentes que busquem acesso aos auxílios da SAEST.
- Expansão do Quadro de Servidores: ampliação do quadro de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos para garantir atendimentos e direitos.
- Acolhimento e Permanência: Formação para enfrentar preconceitos e violências, especialmente via Programa Territórios de Acolhimento.
- Premiações Acadêmicas: Reconhecimento da produção acadêmica voltada aos temas de Transgeneridades.
Auxílios Estudantis: Destinação de auxílios estudantis e de vagas em casas de estudantes para trans e travestis.
- Isenção de Taxas: Isenção do valor da segunda via de diploma para quem retificou o nome.
- Cursinho Pré-vestibular: Vagas reservadas para pessoas trans e travestis, tendo como inspiração a experiência do “Prepara, NEM!”.
- Política de Comunicação: Respeito à diversidade nos processos comunicativos, por meio de uma Política de Comunicação Institucional.
- Sanções por Desrespeito: Punições para quem não respeita o nome social, desde o requerimento até o uso.
- Ações Afirmativas: Inclusão de pessoas trans e travestis em ações afirmativas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em bolsas dos editais da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg).
- Normatização de Cotas: Padronização de critérios para cotas trans e travestis em editais de Programas de Pós-graduação.
- Comissão de Inclusão: Oficialização da comissão responsável pelos estudos para ingresso das pessoas trans e travestis nas graduações da UFPA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

- Parcerias com Instituições: Colaboração com SEDUC, SEMEC e Escola de Aplicação para pensar estratégias que garantam a Educação Básica às pessoas trans e travestis.
- Cotas em Concursos Públicos: Destinação de cotas para trans e travestis em concursos públicos para técnicos(as) e docentes.
- Rede de Colaboração entre Universidades: Criação de uma rede de colaboração entres as universidades do Pará para troca de experiências sobre a inclusão de trans e travestis na educação superior.

4.2. Conclusões:

O evento encerrou com um compromisso de todos e todas em trabalhar de forma conjunta para garantir uma Política de Acesso e Permanência de Estudantes Trans e Travestis, pautada na diversidade, na qualidade do ensino, na inclusão, no acolhimento em ambientes seguros.



RELATÓRIO Nº 4/2024 - ADIS (11.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/11/2024 14:58)

ZELIA AMADOR DE DEUS

CARGO NÃO INFORMADO

UFPA (11.00)

Matrícula: ###262#0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2024, tipo: **RELATÓRIO**, data de emissão: 11/11/2024 e o código de verificação: 65e9f490d6